

Um Estudo de Caso: O Sphan e o Grande Hotel de Ouro Preto

Maria Tarcila Ferreira Guedes *

Abstract

This text analyzes the intervention of "Serviço do Patrimônio Histórico de Minas Gerais" (SPHAN) in Ouro Preto, by the time when it was been run by its first director Rodrigo Melo Franco de Andrade (1937/1967).

Key Words: *Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico (SPHAN); História; Ouro Preto: Cultural Inheritance; Ouro Preto: Grande Hotel*

Resumo

Este texto analisa a intervenção do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) na cidade de Ouro Preto, mais especificamente no período que corresponde à gestão de seu primeiro dirigente (1937-1967), Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Palavras-chave: *Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico (SPHAN); História; Ouro-Preto: Patrimônio Cultural; Ouro-Preto: Grande Hotel*

...a construção de um hotel moderno, de boa arquitetura, em nada prejudicará Ouro Preto, nem mesmo sob o aspecto turístico-sentimental, porque, ao lado de uma estrutura como essa tão leve e nítida, tão moça, se é que posso dizer assim, os telhados velhos se despencando uns sobre os outros, os rendilhados belíssimos das portadas de S. Francisco e do Carmo, a casa dos Contos, pesadona, com cunhais de pedra do Itacolomi, tudo isto que faz parte desse pequeno passado para nós já tão espesso, como você [Rodrigo M. F. de Andrade] falou, parecerá muito mais distante, ganhará mais um século, pelo menos, em vetustez. E as duas grandes sombras, cuja presença o Manuel [Bandeira] sentiu tão bem, avultarão - lendárias, quase irrealis¹.

Para estudar a atuação do SPHAN, escolhemos a construção do Grande Hotel em Ouro Preto como um dos principais exemplos de sua prática institucional. Como era um Órgão quase exclusivo de arquitetos, excetuando-se o pessoal envolvido com funções meramente administrativas ou artísticas, a construção de uma edificação de grande porte nesta cidade colonial mineira os mobilizou por completo.

* Historiadora, mestre em Sociologia pela UFRJ, pesquisadora da UFJF

¹ COSTA, Lúcio. *Carta de 1939 endereçada a Rodrigo Melo Franco de Andrade sobre o Grande Hotel*. Arquivo do SPHAN/Coordenadoria de registro e documentação, s.p.

Mais uma vez, os técnicos e intelectuais modernistas encontraram a possibilidade de debater e reafirmar os princípios preservacionistas por eles amadurecidos ao longo do trabalho institucional. Conscientes ou não da vitória modernista, traçaram as linhas mestras que orientaram o tratamento dos bens arquitetônicos tombados ou, para tanto, em estudo, sob a jurisdição do próprio SPHAN ou de outros organismos do município ou do estado.

O local onde acabou se realizando a citada construção foi uma cidade tombada antes mesmo da criação do próprio SPHAN em 1937. Ouro Preto foi erigida em Monumento Nacional pelo Decreto-lei nº. 22.928 de 12 de julho de 1933. Segue, a este decreto a criação da Inspeção de Monumentos Nacionais para catalogação, sobretudo, dos bens históricos e artísticos em Ouro Preto. A cidade seria, finalmente, inscrita no *Livro do Tombo de Belas Artes*, folha 8, como “Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Ouro Preto”, em 20 de abril de 1938, pelo SPHAN.

Com o estudo sobre a construção do Grande Hotel, desenvolvido no final dos anos trinta e início dos quarenta, poderemos perceber as principais formas de intervenção em Ouro Preto; cidade reverenciada pelos modernistas como “bela”, “singular”, “pronta e acabada”, “obra de arte”².

Dentro deste espírito, justificaram, porém, a construção da citada edificação como uma obra excepcional que não devia por em risco o Monumento Nacional: a cidade tombada pelo SPHAN. Não se admitia, porém, dentro deste parâmetro, a cópia ou a “má arquitetura”, todo “fingimento colonial” devendo ser afastado.

Paralelamente a este tratamento de exceção, contudo, a realidade se interpõe ao objeto e a prática institucional, como veremos no final deste artigo.

Com o objetivo de analisarmos a proposta de intervenção do SPHAN em Ouro Preto, mais precisamente no que diz respeito à construção do Grande Hotel, o texto do arquiteto Gregori Warchavtchik pode nos fornecer algumas contribuições importantes, principalmente quando manifesta sua opinião sobre as construções que seriam mais apropriadas ao Brasil. Propõe alter-

²PARENTE, Paulo. *Primeiro Relatório sobre a documentação do SPHAN*. Rio de Janeiro, Inventário de Bens Imóveis, datilografado, 1985.

nativas, — segundo nota introdutória ao artigo publicado no nº. 7 do periódico *Terra Roxa e Outras Terras* — à arquitetura brasileira frente a “confusão que reina entre os nossos arquitetos, em matéria de renovação estética ...”. O autor cita, inicialmente, a experiência renascentista para exemplificar sua opinião sobre as novas construções:

Quanto mais estudamos a obra dos antigos arquitetos, disse-nos o Dr. Warchavtchik, maior é o nosso assombro perante o grau de perfeição que atingiram. Os grandes mestres que se celebrizaram no passado, como sucedeu no Renascimento italiano, contraria a marcha dos anos mercê de leis tão sábias como as da própria natureza. Deram eterna juventude aos edifícios que construíram, passando o tempo por eles sem deixar outros vestígios além dos danos materiais. Aqueles monumentos possuem em si um tal equilíbrio de proporções, tão grande harmonia do mínimo pormenor ao todo, que resulta jamais nos parecerem antiquados os palácios de Roma, Florença ou Veneza dos séculos XV ao XVII. Ao analisarmos as causas, vemos que provém de estarem as construções integradas em sua época e as obras corresponderem exatamente as necessidades de então³.

Com estas colocações, critica veementemente os arquitetos outemporâneos que constróem imitações, reproduzindo modelos, adereços e estilos de determinados locais e épocas, e principalmente europeus. Lembra, também, que a imitação jamais será perfeita, pelos materiais e técnicas empregados, além de não corresponderem às necessidades do clima e costumes locais. Afirma o autor:

Deve o moderno arquiteto estudar os antigos não com o fito de imitá-los, mas com o de desenvolver sua capacidade estética no sentido do equilíbrio e das medidas. Nossos maiores pouco se preocupavam em inventar estilos: seguiam apenas as necessidades de seu tempo⁴.

A orientação seguida por Lúcio Costa, explicitada em carta a Rodrigo M. F. de Andrade, no ano de 1939, reconduz os arquitetos do SPHAN às questões apresentadas por Warchavtchik, em 1926.

O documento revela uma grande preocupação da Instituição em discutir o estilo a ser adotado na construção de uma nova edificação em uma cidade pelo arquiteto considerada como uma “obra de arte”.

Como Warchavtchik, Lúcio Costa apresenta as razões de sua recusa à reprodução de estilos no caso referente a Ouro Preto:

Sei, por experiência própria, que a reprodução do estilo das casas de Ouro Preto só é possível, hoje em dia, à custa de muito artifício.

³WARCHAVTCHIK, Gregori. *Arquitetura Brasileira*. IN: *Terra Roxa e Outras Terras*, n. 7, setembro de 1926, p. 2.

⁴Idem, p. 3.

Admitindo-se que o caso especial dessa cidade justificasse, excepcionalmente, a adoção de tais processos, teríamos, depois de concluída a obra, ou uma imitação perfeita, e o turista desprevenido correria o risco de, à primeira vista, tomar por um dos principais da cidade uma contrafação, ou então, fracassada a tentativa, teríamos um arremedo "neocolonial" sem nada de comum com o verdadeiro espírito das velhas construções⁵.

Outra vertente em comum pode ser assinalada quando se evidencia a preocupação em coadunar o estilo às necessidades locais. Neste sentido, afirma Lúcio Costa, em elogio ao projeto de Oscar Niemeyer:

Ora, o projeto do O. N. S. tem pelo menos duas coisas de comum com elas: beleza e verdade. [Refere-se ao espírito das velhas construções] Composto de maneira clara, direta, sem compromissos, resolve com uma técnica atualíssima e da melhor forma possível, um problema atual, como os construtores de Ouro Preto resolveram da melhor maneira então possível, os seus próprios problemas⁶.

Em ambos os casos, apresenta-se como solução a arquitetura ligada ao seu próprio tempo. Os arquitetos da Instituição, entre eles Lúcio Costa, identificavam tal arquitetura como representação de um determinado momento da nossa história que comportava uma dinâmica de documento histórico e de obra de arte. Tal representação possibilitava, aos olhos modernistas, a identificação da nação em seus valores e atributos específicos.

Além de Oscar Niemeyer, autor do projeto vitorioso, Lúcio Costa e Carlos Leão também apresentaram projetos para o Grande Hotel em Ouro Preto. Carlos Leão propõe, em seu estudo, um hotel em estilo neocolonial. Proposta logo indeferida por ser considerada um falseamento colonial, podendo confundir quem visitasse a cidade. Lúcio Costa apresenta, então, uma proposta conciliatória em que a edificação, ainda que de arquitetura moderna, deveria diluir-se no contexto colonial.

As razões da adoção do projeto elaborado por Oscar Niemeyer podem ser analisadas a partir do documento de Rodrigo M. F. de Andrade, de 19 de setembro de 1944, em que este apresenta vários motivos para a escolha:

- o fato de uma nova construção não correr o risco de ser confundida dentro do conjunto das edificações tradicionais de Ouro Preto, "evitando-se por essa forma a falsificação da arquitetura colonial

⁵COSTA, Lúcio. Op. cit., s.p.
⁶Idem, s.p.

brasileira por iniciativa dos poderes públicos”⁷.

- por enquadrar-se nos fins utilitários que haviam sido levados em consideração pela Instituição.

- e, finalmente, por “constituir o referido projeto trabalho muito valioso como obra de arquitetura”⁸.

Com a escolha do projeto de Oscar Niemeyer ficavam estabelecidos os critérios a serem seguidos pelas novas edificações na cidade tombada. Neste sentido, afirmava Lúcio Costa na já citada carta endereçada a Rodrigo Melo Franco de Andrade:

E não constituirá um precedente perigoso - possível de ser imitado depois com má arquitetura - porquanto Ouro Preto é uma cidade já pronta e as construções novas que, uma ou outra vez, lá se fizerem, serão obrigatoriamente controladas pelo SPHAN que terá mesmo de qualquer forma, mais cedo ou mais tarde, de proibir em Ouro Preto os fingimentos “coloniais”⁹.

Tal postura pôde ser sustentada pela Instituição até a década de cinquenta, quando os novos elementos econômicos e sociais assumiram maiores proporções. A partir desta década, a cidade enfrentou um crescimento populacional desordenado, devido à consolidação do complexo industrial - ALCAN, a partir do momento que o grupo canadense Aluminium Limited assumiu o controle da empresa, ampliando-a em diversos aspectos.

O crescimento do número de processos relativos a solicitações de obras (reformas e obras novas) pode ser confirmado através do levantamento dos mesmos e dos respectivos pareceres de encaminhamento pela Instituição desde a data de tombamento de Ouro Preto, em 1938. Neste levantamento detectamos, no que diz respeito às informações de obras, da década de 40 à década de 60, os seguintes números:

década de 40 - 37 pedidos ao SPHAN para aprovação de projetos, sendo 14 de obras novas e, destes, 12 em lotes de malha antiga¹⁰.

década de 50 - 120 pedidos ao, então, DPHAN para aprovação de projetos, sendo 101 de obras novas e, destes, 61 na malha antiga e apenas um pedido de loteamento¹¹.

7 ANDRADE, Rodrigo. *Documento datilografado com data de 19 de setembro de 1944*. Rio de Janeiro, Arquivo do SPHAN/Coordenadoria de Registro e Documentação, s.p.

8 *Idem*, s.p.

9 COSTA, Lúcio, *op.cit.*, s.p.

10 MOTTA, Lia. *Levantamento realizado para o Inventário Nacional dos Bens Imóveis Tombados*. Rio de Janeiro, SPHAN/FNPM, s.p.

11 *Idem*, s.p.

década de 60 — 480 pedidos ao DPHAN para aprovação de projetos, sendo 133 na malha antiga e 347 na periferia, aumento dos pedidos de loteamento para seis¹².

Afirma Lia Motta em seu texto "A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios", publicado no número 22 da **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, comemorativa do cinquentenário da Instituição, que, até aquele momento:

... as supostamente poucas edificações novas no conjunto eram encaradas como um retoque, devendo ser executadas de forma a diluir-se no contexto antigo ou ser contemporâneas (modernistas), desde que de boa arquitetura. Neste caso estavam, de preferência, as obras de caráter excepcional, como o próprio Grande Hotel, ou a Igreja Metodista projetada pelo arquiteto José de Souza Reis, como alternativa para a proposta neocolonial dos proprietários¹³.

Ainda dentro deste padrão, as obras de menor porte eram sujeitas às ações corretivas:

... justificad[as] pelos teóricos da instituição com a necessidade de restabelecer a marcante linha dos beirais da cidade ou, de forma mais radical, para eliminar o aspecto bastardo das edificações¹⁴.

A ação interventora do SPHAN, na gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, buscava manter o objeto preservado dentro dos referenciais básicos estabelecidos desde a criação do órgão em 1937, justificando a permanência da estrutura burocrática e da atualidade do Decreto-lei nº. 25. Buscavam, com os mesmos pressupostos empregados na aprovação do Grande Hotel, manter a representação do passado oitocentista sem inferir no falseamento do objeto. As dificuldades em agilizar a ação interventora e de estabelecer novos critérios para a preservação dos bens culturais convergiu em uma prática oposta, estabelecendo-se uma verdadeira cartilha a ser seguida por todos os interessados em realizar obras novas ou reformular as edificações.

Como afirma, ainda, a arquiteta do SPHAN, Lia Motta, em relação aos procedimentos adotados pela instituição a partir de 1950, os resultados foram a descaracterização urbana e paisagística, a falsificação e o hibridismo:

Descaracterização Urbanística e Paisagística

O primeiro caso está diretamente ligado ao problema do uso do solo e, portanto, do regime de propriedade, não podendo o Patrimônio ser responsabilizado sozinho pelas consequências¹⁵.

¹²Idem, *ibidem*, s.p.

¹³MOTTA, Lia. *A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios*. IN: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.22, Rio de Janeiro, SPHAN/FNPM, 1987, p. 110.

¹⁴Loc.cit.

¹⁵Idem, p. 115.

Com um número bastante reduzido de funcionários, o SPHAN não teve como controlar uma quantidade, a cada dia maior, de moradias construídas nos arredores do chamado "Centro Histórico". Sem uma estrutura capaz de fornecer alternativas eficazes frente ao número de obras ilegais, manteve uma prática de responder aos pedidos individuais, formalmente realizados, sem implantar uma estratégia global de ação que abarcasse a demanda e a pressão populacional.

Falsificação

A falsificação se deu em razão da persistência no controle das fachadas para manutenção do estilo e da estética colonial, mesmo diante do crescimento acelerado e das transformações mais gerais ocorridas nas edificações e suas relações com o espaço externo, já referidas. Apesar de tudo o cenário colonial no arruamento foi mantido, enganando o espectador menos familiarizado com a arquitetura tradicional e, muitas vezes, até o especialista¹⁶.

Ainda sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, quando era aprovada a mudança de uma determinada fachada por um técnico, em um local considerado impróprio para o contraste de uma nova arquitetura com a colonial ou, ainda, por outras razões, optou-se pela falsificação da fachada. Falsificação porque a fachada não era reconhecida como uma cópia da antiga e o resultado, praticamente, não era divulgado ou mesmo mencionado pela Instituição. Apenas o morador e o arquiteto responsável pelo parecer, na maioria dos casos, saberiam identificar a nova construção e diferenciá-la da original arquitetura colonial. Sem dúvida, em muitos casos, era o único meio de se manter uma atmosfera do século XVIII, sendo, inclusive, uma alternativa aceita em diversos países, mas que no SPHAN não era explicitada em seu discurso oficial e até um tanto esquecida.

Arquitetura Híbrida

Por sua vez, segundo, ainda, Lia Motta, a arquitetura híbrida se deu na manutenção do desenho das fachadas, enquanto que o conjunto das residências atendeu aos usuários. Desta maneira, a orientação do SPHAN resultou:

... em águas curtas dos telhados das novas residências e meias-águas parciais, em consequência das plantas tendendo para o quadrado e recortadas¹⁷.

¹⁶Idem, p. 116.

¹⁷Loc. cit.

Segundo estudos mais atualizados do próprio SPHAN, realizados sob a coordenação da citada arquiteta para o Inventário Nacional de Bens Imóveis, o processo de intervenção institucional resultou ,para a cidade tombada, no número aproximado de 3.000 edificações novas para 1.000 edificações do século XVIII, em 1985, só na área controlada diretamente pelo SPHAN.